



Universidades Lusíada

Duarte, Mariana Carmo

As transições espanhola e polaca para a democracia

<http://hdl.handle.net/11067/2946>

<https://doi.org/10.34628/twpz-vb81>

Metadados

Data de Publicação	2015
Palavras Chave	Democratização - Espanha, Democratização - Polónia
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FCHS] LPIS, n. 12 (2015)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-26T05:37:57Z com informação proveniente do Repositório

AS TRANSIÇÕES ESPANHOLA E POLACA PARA A DEMOCRACIA

Mariana Carmo Duarte
Mestranda em Ciência Política no ISCTE - IUL

INTRODUÇÃO

"[...] a wide variety of social conflicts and of political contents can be combined with democracy. This is, of course, in line with the general recognition that democracy is a matter primarily of procedure rather than of substance. It also implies that, as among various countries that have made the transition, there may be many roads to democracy" (RUSTOW, 1970: 345).

O crescente interesse, por parte de disciplinas como a Ciência Política ou a História, em relação à questão das transições democráticas não é fruto do acaso. Aquela que é denominada e teorizada por Huntington (1991) como a terceira vaga de democratização (1974-1990) espelha o globalizar dos movimentos de transição democrática e tem ajudado a desconstruir certas teorias que colocam a democracia como algo apenas atingível pelas sociedades mais ricas e industrializadas do Ocidente (HUNTINGTON, 1991: 21; RUSTOW, 1970: 337-341). Nesta lógica, apresentaremos as transições espanhola e polaca para a democracia.

A escolha destes dois casos deve-se, principalmente, a três razões. Em primeiro lugar, e seguindo o modelo teórico desenvolvido por Dankwart Rustow, estes representam duas realidades económica, política e socialmente distintas, mas que convergem no objectivo final de um sistema democrático. Assim, é corroborada a ideia de que as transições não são processos uniformes, mas que espelham aquilo a que Rustow chamou de "disformidade" geográfica, social e temporal, isto é, *"we need not assume that the transition to democracy is a world-wide uniform process, that it always involves the same social classes, the same types of political issues, or even the same methods of solution"* (RUSTOW, 1970: 345). Em segundo lugar, ambos os casos incorporam a terceira vaga de democratização (1974-1990), que globalizou os movimentos de transição democrática, de acordo com a tipologia desenvolvida por Samuel Huntington (HUNTINGTON, 1991: 21). Em terceiro lugar, ambas as transições foram pactuadas.

ABORDAGEM CONCEPTUAL

"[...] la transición mediante transacción (el modelo de reforma pactada-ruptura pactada), tiende a centrar la atención en los acuerdos de la élite, el papel de los líderes del régimen y de la oposición, el

bunker, los demócratas y los revolucionarios, e inevitablemente reduce el papel del pueblo.” (LINZ, 1990: 21).

A afirmação de que as transições para a democracia espanhola e polaca são transições pactuadas implica a definição de dois termos: *transição* e *pacto*. O primeiro pode ser entendido como “[...] *the interval between one political regime and another*” (O’DONNEL & SCHMITTER 1989: 6). Aqui, e dado que estudamos transições de regimes autoritários para regimes democráticos, entenderemos transição como período de tempo entre em que são desmanteladas as estruturas de um regime autoritário e criadas as estruturas de um regime democrático. Este é um período de mudança, pautado pela incerteza, por possíveis conflitos violentos e lutas pelo poder, onde as regras do jogo político não se encontram definidas e são frequentemente contestadas (O’DONNEL & SCHMITTER 1989: 6). Uma transição democrática só está completa quando há um Governo constitucional, fruto da realização de eleições livres e justas, e que não está constrangido pela partilha de poder com outros corpos não-democráticos.

No que diz respeito ao segundo conceito – *pacto* – este pode ser entendido como um “[...] *agreement among a select set of actors which seeks to define (or, better, to redefine) rules governing the exercise of power on the basis of mutual guarantees for the “vital interests” of those entering into it*” (O’DONNEL & SCHMITTER 1989: 37). Os actores-chave, durante este período, farão de tudo para proteger os seus interesses, bem como os daqueles que os apoiam, e tentarão definir as regras e procedimentos de modo a que sejam os vencedores da transição (O’DONNEL & SCHMITTER 1989: 6). Neste sentido, o conceito de transição pactuada deve ser entendido como uma transição que ocorre através de uma transação, isto é, em que o desmantelar de um regime autoritário e o estabelecer de um regime democrático resulta de um acordo entre vários actores e não de uma revolução, por exemplo (LINZ, 1990: 21).

A TRANSIÇÃO ESPANHOLA PARA A DEMOCRACIA

“Spain’s transition to democracy following nearly forty years of dictatorship under General Franco has often been lauded as a model example of how to move from an authoritarian to a liberal, pluralist polity” (HEYWOOD, 1996: 145).

A transição espanhola para a democracia tem sido apresentada e estudada como um caso paradigmático/*sui generis* (HEYWOOD, 1996: 146). O regime autoritário do General Franco não caiu por ter sido contestado e vencido por forças de oposição, como aconteceu no caso português. Também não se deu o caso dos seus líderes se depararem com uma forte crise económica, como aconteceu na América Latina ou nos países comunistas da Europa de Leste. A retirada de

influência externa que apoiava o regime também não é uma variável explicativa, pois o regime espanhol não estava sob a égide de uma potência externa, como estavam os países do Leste Europeu (LINZ & STEPAN, 1996: 87-88). “*Rather, it was a case in which those in power thought they could not stay in power without, given the Western European context, excessive recessive repression, while those challenging the regime could not marshal, at least immediately, enough force to overthrow it, particularly in view of the loyalty of the Armed Forces to the regime*” (LINZ & STEPAN, 1996: 88). Este impasse foi quebrado quando, depois da morte de Franco, os ímpetus para a mudança surgiram por parte de membros do próprio regime.

Embora não seja possível alienar a importância da pressão da sociedade, a transição espanhola foi, em larga medida, iniciada pelo próprio regime. Esta é produto de uma série de pactos e negociações entre diversos actores políticos. Daqui surge o termo *ruptura pactada/reforma pactada*, que é usado para descrever a transição espanhola, e que revela a importância do consenso e do compromisso durante as movimentações políticas que permitiram a mudança de um regime para o outro (MARAVALL & SANTAMARÍA, 1986: 73). A transição pactada, ao ter um carácter pacífico, revelou, ainda, que a sociedade espanhola tinha aprendido as lições da Guerra Civil (1936-1939) e que não era mais uma sociedade conflituosa e violenta (HEYWOOD, 1996: 146; LINZ & STEPAN, 1996: 88).

A Espanha dos anos '60, sob a égide da ditadura do general Franco, era cultural e socialmente atrasada: a censura era rígida; foram impostas leis que estipulavam os comportamentos públicos, assim como ditavam o vestuário, e a polícia era repressiva, ou seja, tudo indicava “*uma terra parada no tempo com o seu relógio histórico permanentemente parado em 1939*” (JUDT, 2007: 585). Porém, Franco era um realista no que tocava a assuntos económicos. Com a grave crise de finais dos anos '50, as velhas políticas autárquicas foram postas de parte e as novas políticas foram direccionadas para uma maior industrialização e modernização da economia: inaugurou-se a chamada fase do “*milagre económico*”. Em 1959, foi adoptado o Plano de Estabilização Nacional, que procurava extinguir a inflação, bem como abrir o país ao comércio e ao investimento (MARAVALL & SANTAMARÍA, 1986: 74-77). Nesta senda, Espanha juntou-se ao Banco Mundial (BM), ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (em inglês, GATT), bem como à Organização Europeia para a Cooperação Económica (OECE), que deu lugar à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Em 1962, Franco tentou, embora sem êxito, candidatar-se à Comunidade Económica Europeia (CEE).

Em Dezembro de 1973, o assassinato de Luis Carrero Blanco, pela *Euskadi Ta Askatasuna* (ETA), abalou o regime e teve profundas implicações políticas. Este era amigo de longa data de Franco e primeiro-ministro desde Junho. Possivelmente, o rumo da Espanha pós-Franco teria sido diferente se Carrero Blanco não tivesse sido assinado, pois a resistência aos ímpetus de mudança de regime teria sido diferente (LINZ & STEPAN, 1996: 107). “*The survival of the regime was closely linked to the continuance in power of Carrero Blanco as a temporary guarantor of continuity*”

(MARAVALL & SANTAMARÍA, 1986: 79). O ano de 1974 foi “perigoso” para a Espanha franquista devido aos ventos democráticos que refrescavam a Europa do Sul. A revolução dos Cravos de 1974 impulsionou alguns líderes pró-democráticos espanhóis a avançarem para a transição, em vez de esperarem por uma reacção da população. O caso grego, em que o rei foi destronado, pode ter influenciado a acção de apoio à transição por parte do rei Juan Carlos (LINZ & STEPAN, 1996: 113).

Franco morreu a 20 Novembro 1975 e dois dias depois foi coroado rei, numa missa presidida pelo cardinal Tarancón, aquele que ficou conhecido como *el piloto del cambio*, Juan Carlos (RESENDE, 2014: 41). Este manteve nas funções de primeiro-ministro Carlos Arias Navarro, o último primeiro ministro de Franco, que tinha iniciado as suas funções em 1973 (GUNTHER & MONTERO, 2009: XX). Porém, em Abril de 1976, as relações entre Navarro e o rei agudizam-se quando aquele suspende uma recentemente formada Coligação Democrática, uma coligação de partidos de esquerda ainda não autorizados, e prende os seus líderes (MARAVALL & SANTAMARÍA, 1986: 81-82). No espaço de dois meses, Adolfo Suárez, aquele que viria a ser determinante para o desenrolar da transição espanhola para a democracia, assume funções de primeiro-ministro (JUDT, 2007: 589). Nesta fase transitória foi, também, importante a postura adoptada pela Igreja Católica que, ao querer evitar uma revolução de esquerda, se colocou a favor da transição democrática. Tarancón afirmou que era dever da Igreja colaborar quando o que estava em causa era a promoção de direitos e liberdades humanas, bem como a defesa da paz e justiça. Afirmou ainda que, no que dizia respeito a funções políticas e à emergência de novas forças/partidos, a Igreja iria manter uma posição de neutralidade, pois, na sua opinião, a comunidade política e a Igreja são independentes e autónomas uma da outra (RESENDE, 2014: 41).

Passados 36 anos de ditadura franquista estava montada uma complexa estrutura institucional, que não podia ser preenchida por elementos de características democráticas. Não era possível democratizar as instituições e o regime franquista, dotá-los de elementos democraticamente eleitos. Em paralelo com o erguer do novo regime democrático, tinham que ser erguidas novas instituições. “*So, from the beginning, within the regime, there was thought given to the possibility of using the legality of Franco Fundamental Laws and the corporatist Cortes to change the regime constitutionally, against the spirit and the intent of those laws*” (LINZ & STEPAN, 1996: 91-92). Neste sentido, coube a Suárez a função de convencer a assembleia franquista a aceitar a lei sobre a reforma política - que iria aprovar a implantação do sufrágio universal e a introdução de um parlamento com duas câmaras - afirmando que a liberalização e a eventual democratização eram necessárias e que sem um novo ordenamento constitucional surgiriam convulsões sociais. Esta lei passou nas Cortes com 425 votos a favor e 59 contra. Tendo sido submetida a referendo, a 15 de Dezembro de 1976, foi aprovada com mais de 94% de votos a favor (MARAVALL & SANTAMARÍA, 1986: 82-83). Se ninguém pode ignorar que Espanha tinha reunidas todas as condições para a transição,

também ninguém pode contestar que estas foram devidamente aproveitadas pelos actores políticos, principalmente por Suárez (LINZ & STEPAN, 1996: 92).

Em Julho de 1977, realizaram-se eleições para a formação de uma Assembleia Constituinte. Porém, meses antes, a 3 de Maio de 1977 Suárez formou um novo partido político, a União Centro Democrática (UCD), e, em Fevereiro de 1977, autorizou o regresso do Partido Socialista Espanhol (PSOE), dirigido por Felipe González, assim como legalizou os sindicatos, concedendo-lhes direito à greve. O Movimento Nacional foi desmantelado e o Partido Comunista Espanhol (PCE) legalizado. As eleições revelaram uma maioria relativa para a UCD de Suárez, com 165 lugares nas cortes, tendo o PSOE conseguido 121 e os restantes partidos juntos 67. Em termos práticos, este resultado fez com que, por um lado, os conservadores não temessem uma viragem à esquerda e, por outro, que Suárez tivesse que estabelecer acordos com os deputados da esquerda, dado que partilhavam responsabilidade sobre a nova Constituição (JUDT, 2007: 589). Em muitos aspectos, a nova Constituição mostrou-se bastante convencional: a Espanha iria ser uma monarquia parlamentar, não iria haver religião oficial, a pena de morte seria abolida e a idade mínima de voto baixaria para os 18 anos de idade. Contudo, esta inovou ao dividir Espanha em 17 regiões autónomas, garantindo o direito à autonomia não só das regiões históricas da Catalunha e do País Basco, mas a outras 15 (JUDT, 2007: 589-590). Aqui foi decisivo o papel da Igreja que, tendo sempre sido apoiante de uma Espanha unitária, declarou neutralidade e abandonou a retórica nacionalista até que a Constituição tivesse sido referendada, facilitando o compromisso com as regiões autónomas (RESENDE, 2014: 44-45). A 1 de Dezembro de 1978, a nova Constituição foi referendada e foi aprovada com 87.8% dos votos (JUDT, 2007: 589).

Por esta altura, Espanha atravessava um momento económico complicado, que muito se devia aos últimos Governos da era Franco, os quais tinham procurado comprar a sua popularidade à custa de preços baixos em simultâneo com aumento de salários. Em Junho de 1977 a inflação era de 26%, os cofres do Estado esvaziavam-se e o desemprego aumentava de forma brutal. Espanha tornava-se uma democracia sustentada numa recessão económica. Se tal foi evitado, muito se deve aos chamados Pactos de Moncloa, de Outubro de 1977 (JUDT, 2007: 591-592). Estes foram pactos políticos e não meros pactos sociais, pois envolveram não só sindicatos e organizações patronais, mas todos os partidos que tinham elegido representantes nas eleições (LINZ & STEPAN, 1996: 90). Em Moncloa, ficaram acordadas medidas como a desvalorização da moeda, controlos sobre as despesas do Governo e reformas estruturais no sector público.

Reforçado pelos três momentos de consulta popular a que tinha sido submetido – referendo sobre a lei das reformas políticas, eleições para a Assembleia Constituinte e referendo sobre a Constituição – o Governo começou uma série de rondas de negociação separadas com os representantes das regiões autónomas da Catalunha e do País Basco (GUNTHER & MONTERO, 2009: XX). Os acordos que foram conseguidos acerca dos estatutos de autonomia regional foram aprovados

por 90,3% dos votantes bascos e por 87,9% dos votantes catalães, em Outubro de 1979. No seguimento da ratificação da autonomia destas duas regiões, as negociações sobre a autonomia, instituições e direitos de auto-governo foram estendidas às outras regiões espanholas (GUNTHER & MONTERO, 2009: XX). A sequência cronológica das eleições e referendos reforçou a transição democrática em Espanha: o facto das eleições nacionais terem ocorrido primeiro do que as eleições regionais reforçou a legitimidade do Governo central, ajudou a fortalecer os laços entre a classe política e a sociedade civil e definiu, constitucionalmente, a relação entre os diversos nacionalismos e o Governo central. Assim, as eleições nacionais reestruturaram a identidade nacional espanhola, sendo esta suportada por múltiplas identidades regionais (LINZ & STEPAN, 1996: 98-107).

A 29 de Janeiro de 1981, dadas as tentativas separatistas nas regiões da Catalunha, País Basco, Galiza e Andaluzia, Suárez é pressionado pelo seu próprio partido a demitir-se. Foi substituído por Calvo Sotelo (JUDT, 2007: 590). Tais movimentações davam a entender aos críticos que a transição espanhola para a democracia parecia prestes a desagregar-se e, deste modo, no dia 23 de Fevereiro, as Cortes são tomadas, sob a ameaça de armas, pelo Tenente Tejero Molín Molina. Numa acção coordenada, o general Jaime Milans del Bosch, declarou Estado de emergência e instou o rei a dissolver as Cortes e instalar um Governo militar (JUDT, 2007: 590-591). Valeu a pronta rejeição, pelo rei, das exigências feitas pelos militares. Num discurso televisivo, Juan Carlos afirmou a sua identificação, e a da monarquia espanhola, com os valores espelhados na Constituição de 1978. Este episódio corrobora o cognome que foi dado ao rei Juan Carlos de *el piloto del cambio*. Embora tenha sido nomeado pelo General Franco, a coragem do rei ao hipotecar as aspirações do golpe de 1981 provou que este estava ligado à democracia parlamentar (JUDT, 2007: 591).

Nas eleições de 1982, quando Espanha estava a passar por sérios problemas económicos decorrentes do segundo choque petrolífero, a UCD quase foi eliminada do parlamento, tendo conseguido 2 lugares, o que levou à sua dissolução no ano seguinte (HEYWOOD, 1996: 154). Os comunistas sofreram uma humilhante derrota, tendo conseguido 4 lugares. O PSOE conseguiu maioria absoluta no Parlamento, assumindo Felipe González o lugar de primeiro-ministro. Desde que assumiu o poder, a prioridade de González foi a de diminuir o “atraso” entre o seu país e a Europa, tendo Espanha aderido à Comunidade Económica Europeia (CEE), a 1 de Janeiro de 1986. *“Para González, o futuro de Espanha não estava no socialismo, mas na Europa”* (JUDT, 2007: 593).

A TRANSIÇÃO POLACA PARA A DEMOCRACIA

“Apesar de toda a força de Igreja Católica, da ampla popularidade do Solidariedade e do ódio permanente da Polónia aos seus governantes comunistas, estes últimos agarraram-se ao poder durante tanto

tempo que o seu declínio final surgiu quase como uma surpresa”
(JUDT, 2007: 686).

A Polónia foi pioneira na transição para a democracia do grupo dos países comunistas do leste europeu. A Polónia foi, também, o único país da Europa de Leste que sempre esteve mais perto do autoritarismo que do totalitarismo, mesmo no período compreendido entre 1949-1953, durante a liderança de Boleslaw Bierut, quando as tendências totalitárias eram mais fortes (LINZ & STEPAN, 1996: 255). Embora o tipo de regime político não tenha sido determinante para que a Polónia tenha sido o primeiro país da Europa Comunista a iniciar a transição, este é, sem dúvida, importante para que se perceba a transição. Ora, a Polónia sempre teve algum grau de pluralismo social, que se materializou na capacidade de partes da sociedade civil resistirem aos ímpetus totalitários do regime, principalmente a nível ideológico (LINZ & STEPAN, 1996: 256). Prova deste pluralismo social é a autonomia que era dada, pelas forças do regime, à Igreja Católica. *“In one of the most committed Catholic nations in the world, the fact that the atheistic party-state even temporarily granted this concession was a limit on its goal of total ideological hegemony”* (LINZ & STEPAN, 1996: 256). Outro indicador de pluralismo limitado na Polónia foi, mesmo durante a fase estalinista de Bierut, a forma lenta como a colectivização da agricultura se processou, tendo permanecido as tradicionais cooperativas de camponeses e alguma actividade privada (LINZ & STEPAN, 1996: 257-258).

Nas palavras de José Estaline, *“o comunismo encaixa na Polónia como uma sela encaixa numa vaca”* (SKÓRZYNSKI, 2012: 71). Esta parecia ser também a opinião dos polacos como estes o demonstraram em 1956, no *“Outono Polaco”*, em 1968, com manifestações de estudantes e intelectuais, em 1970, com protestos por parte dos trabalhadores, e em 1976, com a criação do Comité para a Defesa dos Trabalhadores (em polaco, KOR). O ano de 1980 foi histórico, não só para a cidade de Gdansk e para a Polónia, mas para todo o mundo comunista: a 10 de Novembro, o sindicato Solidariedade foi legalizado, dois meses depois de ter sido criado (CRAMPTON, 1997: 368). Liderado por Lech Walesa, o Solidariedade não procurava tomar o poder ou derrubar o sistema, mas liberalizá-lo, já que o seu programa era moderado e se pautava pelo princípio da autolimitação. Porém, a mensagem que vinha de Moscovo era a de que, se os polacos não pusessem a sua casa *“em ordem”*, faziam-no eles (CRAMPTON, 1997: 374). Na noite de 13 para 14 de Dezembro de 1981, o general Jaruzelski tentou restabelecer a ordem comunista, declarando a Lei Marcial, cuja legalidade foi confirmada em Janeiro de 1982. O Solidariedade foi formalmente dissolvido a 8 de Outubro de 1982 (CRAMPTON, 1997: 375). Por um lado, a declaração da Lei Marcial reafirmou o poder autoritário do Partido Comunista. Por outro lado, a proibição do sindicato não significou a sua morte, tendo este continuado a sua acção na clandestinidade (JUDT, 2007: 683). Durante o período da clandestinidade, quando grande parte dos membros do movimento estava presa, a Igreja Católica representou-o nas

conversações com as autoridades comunistas polacas (RESENDE & ZATYKA, 2014: 47).

Em novembro de 1984, centenas de milhares de polacos encheram as ruas da capital polaca para assistirem ao funeral de Jerzy Popieluszko, um popular padre radical, capelão do Solidariedade, raptado e assassinado por agentes secretos (RESENDE & ZATYKA, 2014: 47). A contestação social aumentou crescentemente a partir de 1986, o que preocupou o regime dirigido pelo general Wojciech Jaruzelski: “[...] a Polónia estava a aproximar-se rapidamente de um distanciamento entre uma sociedade recalcitrante e um Estado cada vez mais desesperado” (JUDT, 2007: 683). Em Junho de 1987, tal como já tinha feito em 1979 e 1983, o Papa João Paulo II visitou a Polónia e mostrou uma vez mais, não só a capacidade de mobilização da Igreja, mas também o seu apoio implícito ao Solidariedade, que reforçou a oposição da credibilidade necessária. Em Novembro de 1987, Jaruzelski referendou uma série de reformas políticas e económicas, porém a maior abstenção de todas as eleições organizadas na Polónia comunista mostrou a indiferença da população (LINZ & STEPAN, 1996: 265).

Tal como tinha acontecido nos anos de 1970, 1976 e 1980, em 1987, uma onda de greves começou em Nowa Huta e espalhou-se por todo o país pois, nesse ano, os preços no consumidor tinham aumentado 25% e, em 1988, mais 60%. Dado este cenário de greves, o regime concluiu que não poderia ultrapassar a crise sem o apoio do Solidariedade (JUDT, 2007: 685). Assim, no Verão de 1988, o General Kiszczak, ministro do interior, durante uma entrevista, perguntou a Walesa se este gostaria de entrar em conversões com o Governo. Walesa respondeu afirmativamente, por carta, no dia 21 de Julho. A 26 de Agosto, durante uma segunda vaga de greves, Jaruzelski propôs negociações com o Solidariedade. Seguiram-se quatro meses de contactos não oficiais. O Solidariedade queria o reconhecimento legal que só o Governo lhe podia dar e o Governo não queria correr o risco que o Solidariedade boicotasse as eleições parlamentares de 1989. Este insistiu para que começassem as negociações, mas continuava a agir com se tivesse uma força coerciva significativa, negando planos de negociações e ameaçando fechar o estaleiro de Gdansk (LINZ & STEPAN, 1996: 265-266). As conversações chegaram mesmo a ser interrompidas, em Novembro de 1988, devido ao desentendimento entre Walesa e o Governo por causa da legalização do Solidariedade. Neste caso, foi determinante a mediação da Igreja, representada pelo padre Orszulik, secretário do Episcopado, e pelo Arcebispo Dabrowski, para que fosse encontrada uma solução: foi acordado que a legalização do Solidariedade não seria o ponto de partida das negociações, mas o seu resultado (RESENDE & ZATYKA, 2014: 48).

A situação em que se encontrava a Polónia no final dos anos '80 era um sintoma de que mudanças estavam a ocorrer na “mãe Rússia”. Sob a liderança de Mikhail Gorbachev, a União Soviética estava progressivamente a afastar-se da supervisão directa dos seus Estados satélites (JUDT, 2007: 682; SKÓRZYNSKI, 2012: 73-74), como ficou provado, no Verão de 1988, durante a visita de Mikhail

Gorbachev a Varsóvia, na qual este declarou ao General Jaruzelski que não via quaisquer obstáculos à inclusão do Solidariedade na esfera política (RESENDE & ZATYKA, 2014: 48). “*While he was proclaiming and demonstrating Communism’s need for political reform, however, Gorbachev also announced that the Soviet Union no longer wished to be viewed as an obligatory model by the other Communist states*” (ROTHSCHILD & WINGFIELD, 2000: 227). Sem sucesso, Jaruzelski tudo fez para colocar a Polónia sob controlo de Moscovo, de modo a normalizar a situação (ZAMOYSKI, 2010: 348).

A 18 de Janeiro de 1989, o comité central, pressionado por Jaruzelski, decidiu abrir negociações com o Solidariedade. Nesta sequência, as conversações da “*mesa redonda*”, que reuniram forças do Governo e o Solidariedade, começaram a 6 de Fevereiro e demonstravam o reconhecimento, pelas forças comunistas, do sindicato (JUDT, 1997: 685). Em cima da mesa, estavam todas as questões, excepto a política externa, tendo ambos os lados acordado que a relação com a União Soviética não era questionável. Durante todo este processo negocial, o clero polaco assumiu um papel preponderante. Membros do clero foram presenças assíduas na “*mesa redonda*”, ajudando a mediar conflitos entre as duas partes em confronto (RESENDE & ZATYKA, 2014: 48). As autoridades polacas abriram um precedente que viria a ser adoptado em quase todos os Estados do leste europeu nas suas transições para a democracia. Foi o Governo comunista polaco que tomou o primeiro passo para que o seu poder fosse desmantelado, o que determinou que a revolução fosse pacífica. Apenas na Roménia a transição assumiu um carácter violento, dado que Ceausescu se recusou a negociar com as forças da oposição (CRAMPTON, 1997: 391).

Os acordos da “*mesa redonda*” foram assinados, pelo Governo e oposição, a 5 de Abril de 1989. Neles, ficou estipulado que, nas eleições de 4 de Julho, 35% dos 460 dos lugares do *Sejm* (câmara baixa) seriam eleitos livremente, estando os restantes 65% desses lugares reservados para os candidatos oficiais (i.e. comunistas). Sob pressão do Solidariedade, foi, ainda, criado o Senado (câmara alta), cujas eleições seriam genuinamente livres, e que, embora com menor poder do que o *Sejm*, tinha poder de veto, o qual só poderia ser ultrapassado por uma maioria de 2/3 na câmara baixa. Isto é, em caso de veto por parte do Senado, os comunistas teriam que negociar com as forças da oposição (LÉVESQUE, 2012: 317). As duas câmaras, numa sessão conjunta, elegeriam, por sua vez e por um período temporal de 6 anos, a figura do chefe de Estado, que concentrava em si vastos poderes (LINZ & STEPAN, 1996: 267-268). O resultado das conversações foi um fim negociado do comunismo na Polónia. Se, para alguns, este já era o desfecho esperado, ninguém tinha conseguido prever a rapidez do desenlace (JUDT, 2007: 685). Para Gorbachev, o acordo conseguido na Polónia era o melhor cenário para a Europa de Leste: embora o poder do partido tivesse sido reduzido, este continuava a ser hegemónico na esfera política. Este era um passo importante para a união das duas Europas e para a persecução do sonho de Gorbachev da

“Casa Comum Europeia”¹ (LÉVESQUE, 2012: 317).

Cerca de dois meses depois do fim dos acordos da “mesa redonda”, o Solidariedade concorreu às eleições de 4 de Junho de 1989 e teve ao seu lado durante toda a campanha eleitoral a Igreja. Os resultados chocaram toda a gente, o Solidariedade ganhou 99 dos 100 lugares no Senado e todos os lugares a que tinha direito a candidatar-se no *Sejm*. “*The government’s delegitimization and Solidarity’s victory were felt all the more keenly since they were unexpected on both sides*” (LÉVESQUE, 2012: 318). Dada clara derrota, os governantes comunistas da Polónia, tudo fizeram para conseguirem formar um Governo de coligação com o Solidariedade, porém não foram bem-sucedidos. A 7 de Agosto, Walesa reivindicava um Governo liderado pelo Solidariedade, apoiando-se no *slogan*: “O vosso Presidente, o nosso primeiro-ministro!”. Isto porque, a 19 de Julho, dado o grande número de deputados do Partido Comunista Polaco no *Sejm*, bem como um relativo consenso entre forças do Governo e da oposição, os deputados do Solidariedade abstiveram-se e o General Jaruzelski foi eleito presidente (LÉVESQUE, 2012: 317-318). As forças comunistas pareciam incapazes de nomear o seu próprio primeiro-ministro e, a 18 de Agosto, houve um acordo entre estas e Walesa, tendo este último aceitado a introdução de ministros comunistas num Governo liderado pelo Solidariedade. A 12 de Setembro de 1989, Tadeusz Mazowiecki foi aceite como o primeiro primeiro-ministro não comunista da Polónia pós-II Guerra Mundial, mas os comunistas continuaram a controlar ministérios-chave (JUDT, 2007: 686). O seu Governo ficou conhecido como “Governo contratual” e, como tal, pautava-se pela estabilidade e mudança gradual, enquanto o eleitorado reclamava um corte total com o passado (ZAMOYSKI, 2010: 355-357).

Em Outubro, o Governo de Mazowiecki, introduziu planos para desenvolver uma “economia de mercado”, patentes num plano de estabilização que adoptou o nome do seu teorizador: Balcerowicz. Este plano foi aprovado pelo *Sejm* no dia 28 de Dezembro. Um dia depois, o “papel de liderança” do Partido Comunista foi retirado da Constituição polaca, o país foi renomeado de “República da Polónia”, foram restituídos o brasão e a bandeira do tempo anterior à II Guerra Mundial e criados órgãos autárquicos plenamente independentes (CRAMPTON, 1997: 392). A 27 de Janeiro de 1990, o Partido Comunista estava dissolvido. Em Abril, Walesa anunciou as suas ambições presidenciais, referindo a necessidade de aceleração do processo de democratização através da realização de eleições, quer parlamentares, quer presidenciais, não tendo as suas palavras sido bem recebidas pelos membros do Solidariedade no parlamento e no Governo, que quiseram

¹ A 6 de Julho de 1989, num discurso perante a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, Mikhail Gorbachev anunciou publicamente que advogava a ideia de uma “casa comum europeia” e, como tal, era do seu interesse apoiar uma cooperação entre a Europa Ocidental e a Europa de Leste. Tendo este discurso sido proferido depois da vitória do Solidariedade nas eleições de Junho de 1989, o mesmo é tido como um reconhecer informal das mudanças políticas e como uma declaração de não intervenção.

adiar as eleições parlamentares (ROTHSCHILD & WINGFIELD, 2000: 233). Aqueles que outrora lutaram juntos contra a dominação comunista começavam agora a desentender-se: prova disso foi a decisão de Mazowiecki de se candidatar à presidência da República contra Walesa, quando Jaruzelski decidiu deixar o cargo (ZAMOYSKI, 2010: 357). A 25 de Novembro, Mazowiecki não só foi vencido por Walesa, mas também por Stan Tyminski, “*um ex-emigrante que dizia ter feito fortuna no Canadá e que prometeu fazer de cada polaco um milionário*” (ZAMOYSKI, 2010: 357). Walesa, na condição de Presidente, nomeou para primeiro-ministro Jan Bielecki, cuja principal preocupação era a economia e a preparação das primeiras eleições parlamentares totalmente livres e justas. Estas ocorreram em Outubro de 1991, vinte e seis meses depois da formação do primeiro Governo do Solidariedade, e resultaram na formação de um Governo de coligação de centro-direita, presidido por Jan Olszewski (LINZ & STEPAN, 1996: 274). A 12 de Março de 1999, juntamente com a Hungria e a República Checa, a Polónia aderiu à NATO, sendo esta uma data simbólica ao anular definitivamente os acordos de Ialta e ao retirar a Polónia da esfera de influência russa. Depois de apresentar a sua candidatura em 1994, a Polónia foi oficialmente admitida na União Europeia (UE) a 1 de Maio de 2004 (ZAMOYSKI, 2010: 369).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“In addition to the extensive academic debate generated since the late 1970s by the transition in Spain, the recent collapse of Communism in Eastern Europe and the former Soviet Union has resulted in considerable political attention being paid to the ‘Spanish model’” (HEYWOOD, 1996: 145).

As transições espanhola e polaca para a democracia, conforme apresentadas, foram, em grande medida, produto de uma série de transformações não só nacionais, mas também internacionais. Porém, essas transformações, por si só, não originaram a mudança de regimes. Foi a canalização dessas transformações por actores políticos e sociais que possibilitou o desenrolar dos processos de transição democrática. Em ambos os casos, e dado que foram transições pactuadas, revelaram-se determinantes, embora de formas distintas, as relações entre as forças do regime, as forças da oposição e a Igreja Católica.

No que diz respeito ao papel das forças do regime no processo de transição democrática, este assumiu contornos diferentes, embora tenha sido importante em ambos os casos. Ora, a transição espanhola foi uma “*regime-initiated transition*”, ou seja, foram os líderes do próprio regime que o começaram a desmantelar, tendo a morte do general Franco constituído o momento e os processos de democratização a ocorrer em Portugal e na Grécia o contexto para estes o fazerem. Foram, primordialmente, o rei Juan Carlos e o primeiro-ministro, Adolfo Suárez,

que conduziram o processo de democratização. Na Polónia, *“el incremento del costo de la represión sin la ayuda soviética y el sentimiento creciente por parte de la oposición y el ciudadano medio de que el cambio era posible, forzaron a los gobernantes a iniciar o a aceptar el cambio político”* (LINZ, 1990: 11). Neste país, o papel das forças do regime no processo de transição democrática tem que ser analisado tendo em conta as mudanças que se faziam sentir na União Soviética. A ascensão de Mikhail Gorbachev a secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) foi determinante para que a *nomenklatura* do Partido Comunista Polaco e, principalmente, General Jaruzelski desencadeassem o processo de transição democrática. Sem o apoio da “mãe Rússia” afigurava-se difícil a sobrevivência dos regimes comunistas dos países da Europa de Leste. Se no caso espanhol foram as forças do regime que perceberam que era preciso iniciar a transição para a democracia, tendo a morte do general Franco constituído o momento indicado para que tal comesse; no caso polaco, foi a retirada do apoio soviético aos Estados satélite da Europa de Leste que fez com que o Partido Comunista Polaco percebesse que não seria capaz de manter o seu poder, tendo assim começado as conversações da “mesa redonda” (RESENDE & ZATYKA, 2014: 48; ROTHSCHILD & WINGFIELD, 2000: 227).

Em relação às forças da oposição, e tal como aconteceu com as forças de regime, o seu papel no processo de transição democrática assumiu diferentes contornos em ambos os casos. Em Espanha, as forças da oposição apenas foram legalizadas em 1977, ou seja, dois anos depois da morte de Franco e, conseqüentemente, depois de ter sido iniciado o processo de transição democrática. Deste modo, foi Suárez legalizou os sindicatos e autorizou o regresso do PSOE e do PCE, entre outros partidos políticos. Porém, *“political parties, as such, were not central to the early stages of the Spanish transition [...] instead, parties emerged to play a central role in the practice of democratic politics only after the transitional process was under way”* (HEYWOOD, 1996: 160). Na Polónia, o sindicato Solidariedade foi legalizado, embora por pouco mais de um ano, em 1980. Era inegável o peso e a importância deste na sociedade polaca, mesmo quando estava na clandestinidade. Deste modo, o Partido Comunista Polaco, quando se viu sem o apoio soviético, recorreu ao Solidariedade para que fossem iniciadas as sessões da “mesa redonda”, tendo este, desde o início, assumido um papel de destaque na transição para a democracia. A grande diferença entre os dois casos é que em Espanha as forças da oposição foram incluídas no processo de transição pelas forças do regime, não tendo, porém, sido determinantes neste. Na Polónia, o processo de transição democrática foi iniciado com as conversações da “mesa redonda” entre as forças do regime e o Solidariedade, tendo este, desde o início, um papel importante. Dado o generalizar das greves e a ausência do apoio soviético, as forças do regime perceberam a situação só seria resolvida com a ajuda do Solidariedade e que a transição para a democracia era inevitável (JUDT, 2007: 685).

O papel da Igreja Católica, enquanto actor no processo de transição democrática, foi de suma importância para o desfecho deste. No entanto, as

estratégias adoptadas pela Igreja em ambos os países foram diferentes. Por um lado, se a Igreja espanhola, durante o franquismo, tinha uma posição fortemente enraizada nas esferas política e social, esta apoiou a transição para a democracia iniciada por Juan Carlos e Suárez por temer um golpe da extrema-esquerda. Assim, enquanto reivindicava a manutenção de alguns dos seus privilégios no novo regime, a Igreja espanhola adoptava, também, uma posição neutral em relação à emergência de novos partidos e à autonomia das regiões autónomas. Em contraste, a privação de privilégios sentida pela Igreja polaca durante o período comunista levou-a a encarar a transição como uma oportunidade para aumentar a sua força e a sua influência. Deste modo entende-se o apoio desta a forças políticas católicas, como o Solidariedade. Se no caso espanhol foi a neutralidade adoptada pelo cardeal Tarancón, no caso polaco foi o envolvimento da Igreja no processo político que facilitou o processo de transição democrática (RESENDE, 2014: 44-45, 47).

BIBLIOGRAFIA

- Crampton, R. J. (1997), *Eastern Europe in the Twentieth Century - and After*, London, Routledge;
- Gunther, Richard e José Ramón Montero (2009), *The politics of Spain*, Cambridge, Cambridge University Press;
- Heywood, Paul (1996), "The emergence of new party systems and transitions to democracy: Spain in comparative perspective", em Pridham, Geoffrey e Paul G.Lewis (org.), *Stabilising fragile democracies - Comparing new party systems in southern and eastern Europe*, London e New York, Routledge;
- Huntington, Samuel P. (1991), *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*, Norman, University of Oklahoma Press;
- Lévesque, Jacques (2010), "The East European revolutions of 1989", em Leffler, Melvyn P. e Odd Arne Westad (org.), *The Cambridge History of the Cold War, Volume 3: Endings*, Cambridge, Cambridge University Press;
- Linz, Juan J. (1990), "Transiciones a la Democracia" (Online), *Centro de Investigaciones Sociológicas*, No. 51, pp. 7-33. Disponível em: http://capacitacion.iedf.org.mx/moodle/seminario/lecturas/lecturas/sesion3/Linz_Transiciones_democracia.pdf;
- Linz, Juan J. e Alfred Stepan (1996), *Problems of democratic transition and consolidation: Southern Europe, South America, and post-communist Europe*, Baltimore, Johns Hopkins University Press;
- Maravall, José Maria e Julián Santamaría, "Political Change in Spain and the Prospects for Democracy", em O'Donnell, Guillermo; Philippe C. Schmitter e Laurence Whitehead (1989), *Transitions from authoritarian rule: Southern Europe*, London, Johns Hopkins University Press;
- Rootschild, Joseph e Nancy M. Wingfield (2000), *Return to Diversity: A Political*

- History of East Central Europe*, Oxford, Oxford University Press;
- Rustow, Dankwart A. (1970), "Transitions to Democracy: Toward a Dynamic Model", (Online), *Comparative Politics*, Vol. 2, No. 3, pp. 337-363. Disponível em: http://dcpis.upf.edu/~raimundo-viejo/docencia/pehe/pdfstransiciones/Rustow_1970.pdf;
- O'Donnell, Guillermo; Philippe C. Schmitter e Laurence Whitehead (1989), *Transitions from authoritarian rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*, London, Johns Hopkins University Press;
- Resende, Madalena Meyer e Marcin Zatyka (2014), "A história menos conhecida: A Igreja Católica polaca na transição para a democracia", *Relações Internacionais*, No. 43, pp. 043-050;
- Resende, Madalena Meyer (2014), *Catholicism and Nationalism: Changing Nature of Party Politics (Extremism and Democracy)*, Oxon: Routledge;
- Skórzynski, Jan (2012), "A revolução do Solidariedade e o fim da União Soviética", *Relações Internacionais*, No. 33, pp. 071-081;
- Judt, Tony (2007), *Pós-Guerra - História da Europa desde 1945*, Edições 70, Lisboa;
- Zamojski, Adam (2010), *História da Polónia*, Edições 70, Lisboa.